



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**TRIBUNAL SUPREMO**

2ª Secção Cível-Laboral

**Processo nº 46/25-L Recurso por Erro de Direito**

**Recorrente: Millennium Bim – Banco Internacional de Moçambique**

**Recorrido: Amilton Tendai Tique**

**Relatora: Felicidade Sandra Machatine Ten Jua**

***Sumário:***

- 1. A impugnação de justa causa de despedimento deve ser feita no prazo de seis meses a partir da data de notificação do despedimento, de acordo com o nº 2, do art.º 69º, da Lei nº 23/2007, de 01 de Agosto, Lei de Trabalho aplicável.*
- 2. Quando por força da lei, ou por vontade das partes, um direito deva ser exercido dentro de certo prazo, são aplicáveis as regras de caducidade. (Cfr. art. 298º, nº 2 do Código Civil).*
- 3. A acção de impugnação de justa causa de despedimento para além do prazo fixado determina a caducidade do direito à acção, que é uma excepção peremptória que conduz a absolvição do pedido nos termos das disposições combinadas do artigo 493º, nº 3, e 496º, alínea b), todas do CPC, aplicáveis ex vi do art. 1º, nº 3, al. a) do CPT.*
- 4. A caducidade é apreciada oficiosamente pelo Tribunal e pode ser alegada em qualquer fase do processo. (cfr. artigo 333º Código Civil).*
- 5. A Sentença deve conhecer em primeiro lugar e pela ordem estabelecida no artigo 288º, das questões que possam conduzir à absolvição da instância. (cfr. artigo 660º, nº 1 do Código de Processo Civil, aplicável ex vi do artigo 1º, nº 3, al. a) do Código de Processo de Trabalho).*

6. *É nula a Sentença/Acórdão quando o Juiz deixe de pronunciar-se sobre questões que devesse apreciar.*

## ACÓRDÃO

### **1. Relatório**

**Millennium Bim – Banco Internacional de Moçambique**, com os demais sinais de identificação nos autos e adiante referido como Recorrente, não se conformando com a decisão proferida no Acórdão do Tribunal Superior de Recurso de Nampula (TSRN), tirada nos autos de recurso nº 51/2024, de apelação da sentença proferida pela 4ª Secção Laboral do Tribunal Judicial da Província de Nampula, nos autos de Impugnação de Despedimento nº 44/2022 deduzida por **Amilton Tendai Tique**, com os demais sinais de identificação nos autos e adiante designado Recorrido, interpôs recurso do mencionado acórdão do TSRN, pelo qual foi negado provimento o recurso de apelação, mantendo-se a decisão proferida pelo Tribunal da Primeira Instância.

A impugnação foi designada recurso *por erro de direito* pelo ilustre Advogado do Recorrente **Millennium Bim – Banco Internacional de Moçambique**, tendo de imediato junto as respectivas alegações constantes de fls.169 a 175, que se dão por integralmente reproduzidas.

Notificado da interposição de recurso a fls. 178, o Recorrido apresentou contra-alegações constantes de fls. 179 a 195 que se dão por igual e integralmente reproduzidas.

Por despacho de fls. 227, o Venerando Juiz Desembargador Relator do processo no Tribunal Superior de Recurso de Nampula (TSRN), admitiu a impugnação como recurso ordinário por erro de direito, a subir nos próprios autos, sem, no entanto, fixar os efeitos. Todavia, atendendo ao princípio de economia processual e exigência de celeridade no processo laboral, fixamos nesta Instância o efeito suspensivo nos termos do artigo 79º nº 1, segunda parte do Código de Processo de Trabalho, face à garantia bancária válida, junta aos autos a fls. 134

Colhidos os vistos legais cumpre apreciar e decidir.

### **2. Fundamentação**

Sendo no âmbito do recurso delimitado pelas conclusões dos alegações, conforme dispõe o artigo 684 n.º 3 conjugado com o artigo 690, n.º 1 todos do Código de Processo Civil (CPC), aplicáveis *ex vi* do artigo 1, n.º 3 al. a) do Código de Processo de Trabalho (CPT), sem prejuízo do que for de conhecimento officioso, passamos a transcrever trechos das conclusões das alegações oferecidos pelo Recorrente **Millennium Bim – Banco Internacional de Moçambique, SA.** com interesse para a decisão que a seguir será tomada:

“Conclusões

(...)

*Ora, nos termos do que estabelece o n.º 2, do artigo 29º da Lei n.º 10/2018, de 30 de Agosto, prevê que "a falta de contestação determina a imediata confissão dos factos arrolados no pedido, sem necessidade de audiência, salvo se mostrar que o pedido foi manifestamente ilegal ou o Tribunal entender que é necessário proceder diligências de prova para se alcançar uma solução justa".*

*Ora, o Recorrido juntou aos autos a cópia da decisão final do processo disciplinar que alega não ter sido fundamentada, e da leitura do referido documento, denota-se facilmente, que a decisão contém todos os elementos descritivos dos factos, encontrando-se devidamente fundamentada, pelo que, o pedido do Recorrido é manifestamente ilegal, na medida em que, a própria decisão junta por este aos autos, demonstra que se trata de um pedido ilegal, por não preencher os requisitos para se considerar como uma decisão de despedimento, não fundamentada.*

(...)

*A acção de impugnação de despedimento foi interposta extemporaneamente, dado que o direito deste fazer ou se dirigir a justiça, caduca no prazo de seis meses a contar da data da cessação do contrato de trabalho (...).*

*Portanto, nos termos do n.º 1, art. 56 da Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto (Lei de trabalho) todo direito resultante do contrato de trabalho e da sua violação ou cessação prescreve no prazo de seis meses, a partir do dia da cessação do seu contrato de trabalho (...)." Fim de transcrição.*

Terminou requerendo que o Acórdão proferido pelo TSRN fosse revogado, e, em consequência, absolvido o Recorrente do pedido.

A única questão a resolver delimitada pelas conclusões do Recorrente é a seguinte:

**Incorreu em erro de direito a decisão proferida pelo TSRN ao considerar confessados os factos articulados pelo então Apelado, ora Recorrido, sem proceder as necessárias diligências de prova, condenando o Recorrente por falta de contestação?**

Apreciemos.

Por via de regra o juiz deve resolver todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação, exceptuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada as outras. Não podendo ocupar-se senão das questões suscitadas pelas partes, salvo se a lei permitir ou impuser o conhecimento oficioso de outras (cfr. nº 2 do artigo 660º do C.P.C).

No caso em exame deparamo-nos com uma questão que embora tenha sido suscitada pelo Recorrente, é de conhecimento oficioso, e, a proceder importará a absolvição do pedido deduzido em primeira Instância pelo Recorrido. Tal questão a Lei impõe que apreciemos previamente conforme o disposto no artigo 660º , nº 1 do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1º , nº 3, al. a) do CPT, o qual estabelece que: *“A sentença conhece em primeiro lugar, e pela ordem estabelecida no artigo 288º das questões que possam conduzir à absolvição da instância”*.

### **3. Questão Prévia**

Resulta dos autos que o ora Recorrido foi notificado do despedimento no dia 1 de Dezembro de 2021, como se vislumbra na Petição Inicial, Contestação, Sentença e Acórdão do TSRN (cfr. fls. 2 a 5; 47 a 60; 41 a 42; 160 a 162 respectivamente).

A acção de impugnação de despedimento foi deduzida a 02 de Junho de 2022, conforme o carimbo de entrada de correspondência da Secretaria do Tribunal Judicial da Província de Nampula, aposto no canto inferior direito.

Ora, nos termos do art.º 69º, nº 2 da Lei nº 23/2007, de 01 de Agosto, Lei de Trabalho aplicável à data dos factos, a acção de impugnação de justa causa de despedimento deve ser feita no prazo de seis meses a partir da data de notificação do despedimento.

Com efeito, tendo sido notificado do despedimento a 01 de Dezembro de 2021, tinha o Recorrido até ao dia 30 de Maio de 2022, isto é, 6 meses após o despedimento, para impugnar a justa causa.

Dispõe o artigo 298º , nº 2 do Código Civil (CC) que quando por força da lei, ou por vontade das partes, um direito deva ser exercido dentro de certo prazo, são aplicáveis as regras de caducidade, a menos que a lei se refira expressamente à prescrição.

Resulta do referido dispositivo que o prazo prescrito nos termos do artigo 69º nº 2 al. a) é de caducidade, pois, a Lei estipula o prazo e o momento a partir do qual o trabalhador deve impugnar em juízo o despedimento, sendo que o referido dispositivo legal não faz referência a prescrição. Ora, a acção de impugnação de justa causa de despedimento para além do prazo fixado, determina a caducidade do direito de acção, que é uma excepção peremptória a qual conduz a absolvição do pedido, nos termos das disposições combinadas do artigo 493º, nº 3, e 496º, alínea b), todas do Código de Processo Civil (CPC) aplicável *ex vi* do artigo 1º , nº 3 al. a) do Código de Processo de Trabalho (CPT).

Note-se que caducidade é apreciada oficiosamente pelo Tribunal e pode ser alegada em qualquer fase do processo. (cfr. artigo 333º Código Civil).

Refira-se que a excepção de caducidade foi deduzida em sede de alegações de recurso de apelação, conforme fls. 51, entretanto, a Instância recorrida entendeu que aquela não deveria proceder na medida em que não havia sido alegada em sede de contestação, ou seja, o TSRN fez uma interpretação equivocada da lei, violando desta feita o artigo 333º do CC, que impõe a apreciação oficiosa da caducidade em qualquer fase do processo.

Acresce que previamente à decisão, a sentença deve conhecer em primeiro lugar, e pela ordem estabelecida no artigo 288º do CPC das excepções quer oficiosas, quer as deduzidas pela parte contrária, o que não se verificou no presente caso, incorrendo a decisão recorrida em nulidade por omissão de pronúncia de questão que deveria apreciar, conforme o artigo 668º , nº 1 al. d) do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1º , nº 3 al. a) do Código de Processo de Trabalho (CPT).

Em face do exposto, procede a questão prévia que embora seja de conhecimento oficioso, foi igualmente deduzida pelo Recorrente, ficando prejudicada a apreciação da questão suscitada, precisamente devido a procedência da excepção de caducidade do direito do Recorrido à acção de impugnação de justa causa, atentos ao constante no artigo 660º , nº 2, primeira parte do CPC aplicável *ex vi* do artigo 1º , nº 3 al. a) do Código de Processo de Trabalho (CPT).

#### 4. Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo, na 2ª Secção Cível Laboral, no **processo nº 46/25-L**, em que são respectivamente, **Millennium Bim – Banco Internacional de Moçambique, SA.**, e Recorrido **Amilton Tendai Tique**, decidem:

1. Julgar procedente a excepção peremptória de caducidade do direito à acção judicial, nos termos do artigo 69º, nº 2 da Lei nº 23/2007, de 1 de Agosto, Lei de Trabalho aplicável à data dos factos por força do artigo 271º nº 1 da Lei nº 13/2023, de 25 de Agosto (Lei de Trabalho em vigor).
2. Anular a decisão proferida pelo Tribunal Superior de Recurso de Nampula, bem como a Sentença da Primeira Instância.
3. Dar provimento ao recurso interposto, e, nos termos da conjugação dos artigos 333º do Código Civil, e 493º nº 3 do Código de Processo Civil, aplicáveis *ex vi* do artigo 1º nº 3, al. a) do Código de Processo de Trabalho, absolver o Recorrente **Millennium Bim – Banco Internacional de Moçambique, SA.**

Custas pelo Recorrido com mínimo de imposto de justiça.

Registe-se e notifique-se.

Maputo, 18 de Junho de 2025

*Ass: Felicidade Sandra Machatine Ten Jua, José Norberto Carrilho e Pedro Sinai Nhatitima*